

GT Exclusão Digital e Direito à Educação nos Anos Finais do Ensino Fundamental em Tempos de Pandemia

Luanna Gramount Cristo – Professora de Arte
Escola Alice Nacif

Talita Barcelos Silva Lacerda – Professora de
História Escola Paulo Mendes Campos

1. Pressupostos

De acordo com o arcabouço legal brasileiro e a Resolução do Conselho Nacional de Educação, a Educação a Distância (EaD) é uma modalidade educacional em que a metodologia didática pedagógica, nos processos de ensino aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa metodologia envolve estudantes e profissionais da educação (professores/as, tutores/as e gestores/as) que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos distintos. Os meios utilizados podem ser diversos: material impresso, digital, televisivo, radiofônico, áudio, vídeo, de forma online ou offline.

Esse processo pode se dar de duas formas: síncrona, quando é necessária a participação do estudante e professor no mesmo momento e no mesmo ambiente virtual; e assíncrona quando não é necessário que os(as) estudantes e professores(as) estejam conectados ao mesmo tempo para o desenvolvimento da aula e realização das atividades. Na EaD podem ter momentos síncronos e assíncronos durante o desenvolvimento de uma mesma proposta pedagógica.

Importante destacar que segundo as pesquisas educacionais da área, independente do modelo ou do termo que se utilize (aulas não presenciais, ensino atividades remoto, atividade domiciliares, atividades pedagógicas não presenciais etc.) se as aulas estão ocorrendo de forma não presencial, com estudantes e professores(as) em lugares e tempos diferentes, o nome dessa modalidade de ensino é Educação à Distância (EaD).

Por se tratar de uma proposta metodológica, o emprego apropriado da EaD exige uma série de procedimentos e técnicas específicas que envolvam planejamento, estudo, elaboração de conteúdo dinâmico e interativo, utilização de diversas mídias, avaliação da aprendizagem própria e, especialmente, estruturas físicas e tecnológicas mínimas e prévia formação docente e discente. Usar tecnologias de informação e comunicação (TV, computadores, celulares e internet), também chamadas de TIC's, no processo de ensino aprendido na modalidade presencial não é a mesma coisa que Educação à Distância.

A educação a distância subitamente se tornou a pauta do momento. Não é exatamente uma novidade, na Ditadura Militar, o MOBRAL, propunha o uso da EaD na EJA, o que se manteve com os Telecursos. Em 2017 o governo de Michel Temer aprovou uma Reforma do Ensino Médio em que uma das principais e mais polemicas medidas é a adoção da EaD no Ensino Médio.

2. Que educação queremos e porque EaD não é uma opção?

Existem diversos projetos de educação no mundo. Cada projeto tem seus pensadores, mas ele só se realiza através da prática docente, da realidade em sala de aula. No nosso cotidiano, nem sempre é possível nos perguntarmos: por que fazer assim? De onde vem essa prática? Ancorada sobre quais ideais? No entanto nesse momento especial da nossa conjuntura em que nossas vidas estão ameaçadas não só por um terrível vírus, mas pelo terrível avanço do fascismo com seus traços conservadores, excludentes e em favor do capital, pensar o nosso fazer docente é fundamental.

Em nosso fazer que é intencional, ou seja, tem uma intenção clara de formação, nunca foi uma boa receita o fazer por fazer, ou por que sempre foi feito, por que os outros fazem. Afinal se o nosso fazer é intencional, qual a nossa intenção? Quem queremos formar? Para que queremos formar? Essas questões são respondidas cotidianamente por nós através de nossas palavras e atos em sala de aula. Se não nos colocamos essas questões e simplesmente reproduzimos práticas, estamos permitindo que outros respondam por nós.

O pensador Paulo Freire, patrono da educação brasileira, caracterizava a prática tradicional de ensino como “bancária”. Nela o aluno seria um recipiente no qual o conhecimento seria depositado. Nessa perspectiva a **troca** não é tão importante, mas a

ordem, o silêncio são fundamentais para o professor expressar em paz “os conhecimentos” para serem absorvidos pelos alunos. Na concepção proposta por Freire a troca é fundamental e **o conhecimento é construído por tod@s @s** sujeitos envolvidos no processo educacional coletivamente e é tão mais rico quanto maior a diversidade dos sujeitos.

Para a primeira concepção de ensino, mais tradicional, e bem provável a mais comum, pensar em Educação à Distância pode não parecer tão ruim. Há problemas é claro, mas o principal se efetivará: o professor “expressará o conhecimento” a ser recebido pelos alunos, que poderão em momentos oportunos expressar suas dúvidas e “passar novamente a bola” ao professor que buscará novas formas de “expressar o conhecimento”. Nesse sentido uma troca de atividades, apostilas também seria suficiente para garantir a aprendizagem dos alunos para os alunos mais vulneráveis que não tiverem acesso à tecnologias.

No entanto para a segunda proposta em que a construção do conhecimento não se dá de forma unilateral e para os quais **a diversidade** é um princípio fundamental, a EaD apresenta uma ameaça a vários outros pressupostos.

Se não levarmos em conta as condições sociais, emocionais e psicológicas de alunos, pais e professores nesse contexto em que muitos estão morrendo diariamente e muitos tem perdido seus empregos; se não nos preocuparmos com as diferenças entre os sujeitos da educação básica (sejam eles crianças, jovens ou adultos) em relação aos sujeitos do ensino universitário por exemplo; se deixarmos de lado a discussão pedagógica da efetividade da realização da aprendizagem para os sujeitos da educação básica através da EaD, em especial entre os alunos deficientes e aqueles que já demonstram mais dificuldades nas escolas e demandam uma maior atenção do professor de seus colegas, desconsiderando principalmente disciplinas como arte e educação física em que a presença dos corpos é fundamental; e assumirmos pedagogicamente a possibilidade de EaD haveria ainda uma outra barreira muito importante: a barreira social.

Hoje o ensino básico no Brasil é praticamente universalizado. Isso foi uma conquista de muitos anos de luta de educadores e comunidades. Mas essa universalização que nos traz cotidianamente uma série de desafios para dentro das escolas para os quais os professores tem tido que buscar soluções sem o apoio dos governos, estaria definitivamente negada com a EaD. Conhecemos a realidade. Sabemos de alunos que moram em casas de lona em ocupações. Que moram em

barracos de apenas um cômodo e sem banheiro. Sabemos, ao contrário das afirmações de Paulo Guedes e de Bolsonaro, que a miséria existe, que a fome existe. Que muitos dos nossos alunos se alimentam graças à existência da escola.

Mesmo entre os alunos nos anos finais do ensino fundamental que em sua maioria já sabem ler e escrever, ainda estão em um processo de formação de sua autonomia e necessitam de acompanhamento para a realização das atividades. Nesse sentido, é importante considerar a escolarização dos responsáveis pelas crianças e adolescentes que serão assistidas nesse processo. Segundo dados da Pesquisa por Amostra Domiciliar Contínua (PnadC), do ano de 2017, no Brasil a escolaridade das famílias dos(as) estudantes matriculados no ensino fundamental era composta da seguinte forma no segmento público: 25% dos(as) responsáveis pelos(as) estudantes tinham ensino fundamental incompleto, 24% possuíam o fundamental completo, 38% ensino médio, 5% superior incompleto e apenas 8% têm formação em nível superior.

A PnadC também indica um dado importante no que diz respeito à organização social das famílias brasileiras. Segundo a pesquisa, existe no Brasil uma quantidade expressiva de famílias monoparentais, sobretudo femininas, e em faixas de renda média baixa e baixa. Esse fator influencia também na assistência concedida às crianças e adolescentes pelas famílias durante a realização de atividades escolares realizadas em casa. Sem falar que muitos alunos, em especial alunas, realizam uma série de atividades domésticas em casa que envolvem inclusive a responsabilização por crianças mais novas.

Os dados mostram ainda que 61% das casas mineiras possuíam aquisição à internet banda larga em 2017. Ainda assim, 19% da população do estado não possui nenhum tipo de acesso à internet. E dentre aqueles que possuem possibilidade à internet, 39% não têm acesso à internet de alta velocidade. No que se refere à cidade de Belo Horizonte, a Pesquisa por Amostra Domiciliar Contínua indica que, 56,3 % dos domicílios acessaram a internet por meio de computador ou tablet, em contrapartida, 43,7% da população de Belo Horizonte não possuía esses itens tecnológicos para acesso em seus domicílios. A pesquisa aponta que no caso dos(as) estudantes da rede pública do ensino fundamental, 76% possuem algum tipo de dispositivo que conecta à internet em casa, mas somente 31% possuem computador e internet banda larga. Em dados de outra pesquisa, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), no ano de 2018, quando se refere à totalidade dos domicílios brasileiros, verifica-se que 58% das residências não têm acesso a computador

e 33% não dispõem de internet. Outro ponto importante dessa pesquisa indica que o telefone celular é o item tecnológico mais utilizado nas classes C, D e E, sendo que na classe C, 97% das pessoas possuem aparelho telefônico móvel e nas classes D e E 84%. Além disso, o estudo indica que na classe C somente 46% da população possui computador. Já nas classes D e E, somente 5% da população possui computador para uso pessoal. Esses números indicam que, nas classes mais pobres a principal forma de acesso à internet acontece por meio do telefone celular.

Esses dados nos permitem inferir que, possivelmente, o principal meio de acesso dos(as) estudantes à internet é o aparelho de telefone celular. Ao tratar sobre as motivações de não utilização da internet, 38,5% dos(as) entrevistados(as) responderam que não sabiam como usar a internet – das 5 motivações apresentadas pela pesquisa, essa foi a resposta com maior porcentagem. Em Belo Horizonte, esse percentual sobe para 48,7%, sendo que os(as) entrevistados(as) atribuíram o desconhecimento do modo de utilização da internet como principal fator de não uso. Esse aspecto indica que para garantir o acesso, dos cidadãos e cidadãs brasileiras aos serviços de internet, também é preciso, dentre outros fatores um amplo esclarecimento sobre seus processos de utilização.

Esses dados comprovam que um número significativo dos nossos alunos não seria atendido pela EaD, como por exemplo, não veem sendo atendidos no Estado, que vem divulgando números que não condizem com o relato de nenhum dos nossos colegas outra rede. Esses **princípios** da Inclusão e da Diversidade são fundamentais em nosso projeto de educação? Ou podemos prescindir deles?

Ainda sobre a tecnologia, outro aspecto fundamental que emerge nesse momento de excepcionalidade, diz respeito à privacidade dos(as) usuários(as) de recursos e plataformas digitais. Pesquisas nacionais e internacionais, realizadas nesse momento de isolamento social sobre iniciativas educacionais à distância, mostram que diversas empresas e plataformas tecnológicas passaram a ofertar ferramentas de EaD, inclusive gratuitamente, mas que essa gratuidade oculta o interesse das empresas em ter acesso aos dados e comportamento dos(as) usuários(as) para com eles, ofertar produtos e serviços. Ao compartilharem materiais de estudos e realizarem atividades, com intuito de minimizar o impacto da suspensão das aulas nesse período, adultos, crianças e adolescentes podem ficar vulneráveis à violação de privacidade e a utilização de seus dados de forma indevida. Ainda que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

tenha implantação prevista para agosto de 2020, atualmente, não existe uma legislação em vigor que proteja usuários(as) brasileiros(as).

Podemos pensar que se os governos continuarem a ignorar e subestimar as mais de 500 mortes diárias e os no mínimo 44 mil mortos oficiais, e as pessoas continuarem induzidas por discursos anticientíficos ou por uma falsa sensação de segurança, em breve atingiremos um pico assustador, com muitos mortos e que a queda dessa curva, assim como a sua escalada nos últimos dia será mais breve. No entanto vamos continuar lutando por políticas sérias de saúde e seguridade social que possibilitem e de fato incentivem uma quarentena real para todos, ou pelo menos para a grande maioria, assim teríamos uma curva mais achatada e também mais longa, mas com um número bastante inferior de mortos.

O que sabemos nesse contexto é que não podemos aceitar propostas que forcem os trabalhadores em educação (concurados ou não), pais e alunos a saírem do seu isolamento social para acessar computadores, realizar impressões, buscar ou entregar materiais. Independente das pesquisas sobre a contaminação por superfícies ainda estar inconclusa, não há dúvidas de que o isolamento social é a melhor forma de evitar a propagação do vírus.

A questão é que não podemos prever com segurança quando essa curva que sobe dia a dia no Brasil finalmente começará a decrescer até chegar ao ponto que seja seguro retomar as aulas. Assistimos com tristeza a abertura precoce do comércio na cidade sabendo que com essa abertura, quando as pessoas voltam a seus empregos elas precisam de um lugar para deixar seus filhos e a pressão sobre a volta às escolas (e não por aulas à distância) aumenta. Sabemos também que muitas famílias que se colocam nesse contexto da educação mercadológica se sentem clientes lesados em comparação a outros produtos educacionais disponíveis no mercado que estão oferecendo EaD. No entanto, na conjuntura atual garantir um retorno seguro apenas quando for possível ainda não leva necessariamente a adoção da EaD.

Existe a luta pela flexibilização das 800 horas letivas, assim como foram flexibilizados os 200 dias letivos, e como já vem sendo aceita em relação à Educação Infantil. Existe também a possibilidade de após a volta às aulas as escolas adotarem um ensino híbrido com aulas presenciais e atividades desenvolvidas e acompanhadas pelo professor realizadas pelo aluno fora do horário de aula que contariam também como carga horária.

E qual o grande diferencial da proposta híbrida para a EaD? É lógico que a mais importante é que o ensino híbrido significa que o aluno estaria em contato presencial com o professor e colegas, e isso é fundamental. Seria possível a todos os professores, inclusive de arte e educação readequar seus planos de aula para trabalhar-los dessa forma híbrida. Mas uma segunda questão que é fundamental é que essa possibilidade seria bem menos excludente. O aparato da escola em funcionamento poderia ser usado como local de apoio/estudo para os alunos que não tenham esse espaço/condição em casa. Nessa proposta a estrutura e os monitores do projeto escola integrada seriam fundamentais para possibilitar que o professor tivesse contato apenas com meia turma por vez, dando apoio à realização das atividades propostas para casa àqueles que preferirem realizá-las na escola.

Ou seja, é fundamental ressaltar que ademais de criatividade, reformulação e trabalho duro, o direito à educação nesse tempo de pandemia necessita investimento. Precisamos de recursos para melhoria e ampliação dos espaços, para EPI's e adoção de medidas sanitárias mais rígidas, para a realização da tão sonhada redução dos alunos em sala, que é uma bandeira fundamental para melhora da qualidade da educação para além dos tempos de pandemia. Precisamos da realização de concursos públicos e contratação de mais professores para tornar essa nova realidade possível. Precisamos também de suporte intersetorial da SMED e parcerias com meios que possibilitem nosso contato sócio-afetivo com os alunos nesse momento, seja através de um acordo com os Correio, para o envio de cartas, ou com redes públicas e comunitárias de rádio e TV, por exemplo.

3. O que pode ser feito durante o período de afastamento das escolas pel@s profissionais da Educação e quais as possibilidades ou não para a manutenção de vínculos com os estudantes e suas famílias?

Muitos de nós concordamos, que enquanto não houver segurança a saúde e a situação não se normalizar, reduzindo o número de mortos e acometidos pelo Coronavírus, as aulas devem permanecer suspensas, sob pena de colocar em risco a vida de milhares de pessoas.

Contudo, a situação de incerteza ou a previsão de que a Covid-19 continuará ativa, no Brasil, pelos próximos meses, tem levado muitos educadores, agentes

públicos, conselhos de educação, governadores e prefeitos a buscarem soluções para a retomada do calendário letivo de alguma forma. Nesta situação de emergência e confinamento, consideramos que as medidas tomadas não devem ser rígidas.

Antes de tudo é preciso flexibilizar o calendário escolar, propor atividades complementares e que aliem o envolvimento das famílias e da comunidade escolar, e que, principalmente não contem como dias letivos. Uma vez que, isso pode gerar a exclusão daqueles que não possuem condições materiais e emocionais para realizar atividades pedagógicas em casa. Infelizmente, muitos sistemas, estão obcecados com notas e resultados e não com a educação para uma vida decente, que envolvam uma formação crítica e cidadã.

Essas decisões são também, em alguma medida, influenciadas pelas diretrizes impostas por meio das redes privadas de educação. Ressaltamos que nesse momento, parece-nos sensato, destacar os valores que aprendemos durante nossos processos de formação profissionais da docência, tendo base as perspectivas pedagógicas. É necessário, diante das circunstâncias sociais e de saúde que estamos vivenciando, desacelerar, também na escola, dando tempo e respeitando os processos de ensino-aprendizagem de cada pessoa.

É necessário ainda, ressignificar os processos educativos, que são a apropriação de cultura, fruto da relação entre @s sujeit@s estabelecidos na educação. A experiência da crise nos convida a repensar os tempos, espaços e recursos que temos, e também, a função de apoio das tecnologias digitais e como elas podem ajudar no desenvolvimento d@s estudantes. Sem perder o contato com o ambiente natural e social.

Mas o que podemos fazer em nossas escolas e agrupamentos educativos? O primeiro passo é estudar, conhecer e estar consciente das condições objetivas que vivem @s estudantes e a comunidade escolar atendida pela escola. A partir disso, seria necessário um processo de reflexão crítica do conjunto de professores e gestores escolares sobre as condições sociais, econômicas e de saúde que envolve as famílias e seus estudantes. Tudo isso deve ser mediado por um importante processo de formação, debate e reflexão das concepções e possibilidades educacionais e os impactos do contexto atual na vida dos estudantes e das famílias.

Tendo em mente que a educação é um direito, uma situação de emergência não deve destruí-lo, especialmente para crianças e famílias em situações diversas de

vulnerabilidade. Essa situação está aumentando as desigualdades sociais que já tínhamos. É necessário, portanto, pensar em tod@s, sem naturalizar a exclusão de uma parte d@s estudantes. Muitas dúvidas se colocam em relação ao futuro da educação pública, laica, gratuita e de qualidade social e também, para a profissão docente.

Desejamos e gostaríamos, contudo, que ele não estivesse baseado num processo de exclusão. O retorno à normalidade, do qual os estudantes em situações de vulnerabilidade e pobreza nunca fizeram parte, será impossível, porque o que está acontecendo conosco não nos levará a um retorno, mas a uma normalidade diferente e a ser construída.

Em relação ao estabelecimento de vínculos com @s estudantes e suas famílias, essencial considerar que essas possibilidades não devem gerar situações estressantes para os estudantes e suas famílias e menos ainda, para @s professores. De acordo com o Documento de Orientações do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, não cabe nesse momento, o envio de atividades com caráter de conteúdo disciplinar. Mas sim, algo que possibilite ao estudante e sua família reflexões totalizantes sobre a vida e os processos que estão se desenvolvendo nesse momento.

Podemos ainda aproveitar esse momento para promover um produtivo debate entre professores e estudantes para que conteúdos interdisciplinares e transdisciplinares, de complexidade crescente e interconectadas, sempre focados nas respectivas diversidades locais e sociais e na produção a partir da escola, tomem a centralidade da educação. Esse conhecimento deve nos fornecer uma compreensão mais profunda do mundo e dos problemas da humanidade. Podemos também, contribuir para que as atividades de construção de saberes assegurem as aprendizagens previstas no Projeto Pedagógico das Escolas, que devem ser transformados, tendo em vista o contexto atual.

Assim, a qualquer época, inclusive em tempos de pandemia, a solução apontada para resolução do problema de paralisação dos processos de aprendizagem, não pode causar um problema maior, como a negação do direito à educação, razão da existência e organização da escola e da profissão docente.

4. Quais os protocolos físicos e pedagógicos podemos definir para o retorno das escolas?

Já dissemos que é fundamental rever tempos e processos em relação aos procedimentos educativos, flexibilizando as exigências. E também, rever a necessidade de cumprimento de uma carga horária anual baseada nos princípios anteriores a pandemia. Outro ponto importante, diz respeito a decisões acerca da reorganização do calendário letivo. Tudo aquilo que for decidido em relação a escola deve envolver, de forma democrática, @s profissionais da educação, comunidade escolar, gestores e tod@s @s atores sociais envolvidos no processo educacional.

Muitos de noss@s estudantes, serão perpassados por conflitos e questões de ordem emocional e financeira, seja pelas condições materiais de suas famílias ou pela perda de algum ente em decorrência da doença. Pensamos que o momento atual, indicado como possibilidade de planejamento e debate do grupo escolar, pode ajudar a reconstruir os objetivos e projetos pedagógicos da escola, considerando essa realidade que atravessará a vivência de muitos. Inclusive a nossa.

No que diz respeito as possibilidades de retorno, faz-se necessário observar os cenários estatísticos da pandemia no Município e, também, as garantias de segurança biológica para a comunidade escolar, num todo, devidamente normatizadas pelo Poder Público. Principalmente nas escolas da RME/BH, seja pelo contexto socioeconômico das famílias atendidas, majoritariamente caracterizado por hipossuficiência em seus diversos matizes, temos um horizonte: a possibilidade de muitas infecções ocorrerem no ambiente escolar é concreta e preocupante.

Importante mencionar a existência de um quadro funcional da Educação/PBH muito heterogêneo no que tange aos grupos de risco para a COVID/19. São centenas de colegas idosos e portadores de comorbidades, os quais poderão ser infectados e ter a progressão da doença com possibilidade de agravamento dos quadros clínicos. Portanto, para esses profissionais, será imprescindível a concessão de readaptação funcional sob o formato de teletrabalho, incorrendo no afastamento de regência em sala de aula, mesmo após o retorno presencial.

Finalmente, também no contexto da segurança biológica escolar, reivindicamos que o Município forneça, para os profissionais em educação, todos os EPI's necessários para que a transmissão viral seja mitigada. Sejam máscaras, luvas, gorros, óculos, álcool gel, dentre outros equipamentos. Importante também que seja normatizada uma articulação direta entre a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e Secretaria

Municipal de Educação/PBH para a devida gestão dos casos suspeitos de COVID/19, inclusive pelas direções escolares.